

Mulheres Kaiowá e Guarani: Luta e Resistência em contexto de fronteira¹

Camila Assad Catelan (UFMS)²

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS)³

RESUMO: O presente texto trata-se de um projeto que visa compreender a mobilidade Kaiowá e Guarani a partir da narrativa de mulheres, que vivem em região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, muitas vezes excluídas pelo olhar etnográfico. A pesquisa deverá ser realizada na terra indígena Ñande Ru Marangatu, município de Antônio João. Para isso, por meio do trabalho de campo e a técnica da observação participante, volta-se a questão territorial das interlocutoras, uma vez que possuindo seus territórios tradicionais sobre amplo espaço do continente americano, tiveram fronteiras jurídico-políticas impostas sobre os mesmos, desrespeitando a sua organização própria e dificultando as suas caminhadas, denominadas tradicionalmente de *oguatá*, que tendo vista o contexto histórico se empreendem na atualidade como mobilidade transfronteiriça. Nessa conjuntura de imposição de uma lógica alheia encontra-se também resistência, e a figura feminina emerge nesse cenário. Assim, tal pesquisa antropológica pretende dar tônica ao discurso de mulheres, analisando as suas especificidades tanto no que se refere as suas ações, quanto as suas demandas, tendo em vista a presença de fronteiras seccionando os seus territórios.

Palavras-chave: Mulheres Indígenas; Povo Kaiowá e Guarani; Mobilidade transfronteiriça.

INTRODUÇÃO

O projeto em questão visa lançar uma análise antropológica sobre o povo Kaiowá e Gurani presente na região fronteira de Mato Grosso do Sul – terra indígena Ñande Ru Marangatu. Com tônica principal nas mulheres, busca-se aferir as suas narrativas quanto a questão da mobilidade transfronteiriça, perpassando suas trajetórias, especificidades, ações e demandas próprias.

O povo Guarani advém da família linguística Tupi-Guarani, ramificação do Tronco Tupi (SOUZA, FERREIRA, 2016, p. 96). Os Kaiowá são uma de suas três divisões, e historicamente habitam a região do então Mato Grosso do Sul, assim como de seu país limítrofe Paraguai, sendo que lá são conhecidos como Paĩ-Taviterã.

¹ “Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.”

² Mestranda no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

³ Professor da Pós-Graduação em Antropologia Social e da Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Líder do Grupo de Estudos (CNPq) Antropologia, Direitos Humanos e Povos Tradicionais.

De acordo com o Mapa Guarani Continental (2016), o povo Guarani detém a maior presença territorial do continente americano, estando presente em vários países da América do Sul, dentre eles Brasil e Paraguai, com a imposição de fronteiras sobre esses Estados nacionais seus territórios foram repartidos.

Tradicionalmente, a organização espacial própria desse povo, diretamente relacionada com sua territorialidade, que é “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” (SACK, 1986, p.19; apud LITTLE, 2004, p. 253), apresenta variadas dimensões territoriais. Consoante Brand (1997), a primeira dimensão do território Kaiowá e Guarani é o *Ñande Retã*, que significa nosso território. Dentro desse espaço amplo, as famílias arranjam-se de acordo com suas organizações sociais próprias, formando diversos *Tekoha*, que são unidades sociais básicas, compostas de quatro a seis famílias extensas (CAVALCANTE, 2013).

Ocorre que as fronteiras Estatais, baseadas em princípios ideológicos, buscando a experiência do poder absoluto e do território soberano (CLAVAL, 1999, p. 8), o qual não admite diferentes tipos de territorialidades dentro do seu interior (LITTLE, 2004), se sobrepôs sobre o território tradicional Kaiowá, de modo a dividir o seu *Ñande Retã* e, desse modo, prejudicar a organização espacial desse povo, antes desconhecidos de tais limites territoriais.

A realidade desse povo na atualidade apresenta-se tal, que além de terem seus territórios usurpado, graças a um sistema que privilegia o lucro e a exploração econômica da terra, em um estado que possui apenas 0,6% dos seus territórios direcionadas a segunda maior população indígena do país (AGUILERA URQUIZA, NASCIMENTO, 2013, p. 63, 67), ainda enfrenta dificuldades oriundas da imposição de fronteiras sobre seus territórios, principalmente no que tange a um de seus aspectos culturais e sociais mais importantes, o *Oguatá*, suas caminhadas que ocorrem por diversos motivos⁴ dentro de seu *Ñande Reko*. Como diria Almires Machado, um nativo Avá Guarani “caminhar faz parte da nossa filosofia de vida, pois tudo que tem vida caminha” (2015, p. 32).

Nesse contexto de violência, o Povo Kaiowá caracteriza-se pela sua luta em defesa da recuperação de seus territórios tradicionais e da manutenção de suas tradições,

⁴ Visita de parentes, participação em atividades rituais, busca de matrimônio, busca por atividade produtiva em outro local, busca da terra onde não se morre mais, conflitos internos, doenças ou imprevistos (COLMAN, 2015).

sendo esses também impulsionadores da mobilidade. Sucede como norteamericanos da análise pretendida a presença de mulheres em situação de fronteira e mobilidade, tantas vezes excluídas pelo olhar etnográfico.

Faz-se necessário dentro de um estudo envolvendo gênero dentre os povos indígenas, assim como alerta Anzoatgui (2017), que os binômios ocidentais não sejam utilizados para a análise das mulheres Kaiowá, com algumas ressalvas. No mesmo sentido, Grubits, Darraut-Harris e Pedroso, ao estudarem o poder e a tradição dentre mulheres indígenas de diferentes etnias, discutem sobre a atenção presente nesse tipo de análise, de maneira que:

é importante, em nossos estudos, considerar aspectos relevantes como tempo, espaço e as diversas ou diferentes lógicas possíveis. Para realizar uma pesquisa em comunidades indígenas torna-se essencial entender tais lógicas, sua história, a evolução dos seus costumes, o espaço ocupado, entre outras questões (2005, p. 367).

Dentre o povo Kaiowá, a família, base da estrutura social desse povo, é comandada pela mulher, a qual garante dessa maneira o bom modo de ser – *Ñande Reko*. Pesquisas mais recentes em relação a organização social do povo em questão têm chegado à conclusão de que o fogo doméstico, nominado por Pereira (2004, p. 52) como unidade sociológica mínima de uma família extensa, uma vez que produz pessoas e relações, é protagonizado pelas mulheres, pois são essas quem produzem e dividem o alimento entre o fogo (ANZOATEGUI, 2017, p. 47).

Essa atividade, sendo compreendida como doméstica, ganha uma ressalva, pois o “doméstico” dentro da realidade indígena, isto é, as atividades de produção e reprodução voltadas à esfera feminina, fazem parte, tradicionalmente, da esfera pública tornando-se assim uma atividade política. Com a interferência colonial, esse doméstico passa a fazer parte da “vida privada”, afetando toda a coletividade tanto social quanto politicamente, gerando um definhamento do último (SEGATO, 2003, p. 21).

Entretanto, a luta política dessas mulheres vem sendo constantemente aguerrida. Entre as Guarani e Kaiowá ocorre desde 2006 uma mobilização maior em prol de suas demandas mais específicas, apesar de ter como pauta principal as demandas comunitárias - demarcação territorial. Essa mobilização ocorre na *Kuñangue Aty Guasu* (Grande Assembleia das Mulheres Guarani). Como diz o Relatório Final da VII *Kuñangue Aty Guasu*:

A assembleia da Kuñangue Aty Guasu acontece anualmente, não é um espaço só de mulheres, mas organizado por elas. A Kuñangue Aty Guasu condena todos os tipos de violência contra a vida das mulheres indígenas, é contra todos os pacotes de leis que ferem os nossos corpos, nos violam, nos assassinam e retiram o nosso direito à vida (2019, p. 3).

Percebe-se, por fim, que a atuação das mulheres Kaiowá dentro de suas comunidades é de basilar relevância para o desenvolvimento físico e social de seu povo. Adentrar esse olhar para as mulheres que vivem em situação de fronteira abre um locus de maior complexidade, tendo vista as particularidades e desafios que a situação fronteiriça impõe para esses povos que antes desconheciam os limites territoriais dos Estados modernos, e que possuem como aspectos social e cultural relevantes o caminhar pelo seu território maior, denominado *Guarani Retã*.

JUSTIFICATIVA

Quando se trata da etnologia ameríndia, grandes foram as contribuições e estudos em relação a esses povos, mas os caminhos construídos e analisados, ao que revela as bibliografias existentes, pouco direcionavam o olhar às mulheres, o que nos leva ter uma análise incompleta de uma realidade social. Em Mato Grosso do Sul, as pesquisas antropológicas sobre mulheres Kaiowá datam de período recente, com destaque para Seraguza (2013), Anzoategui (2017) e a pesquisadora nativa Barbosa (2018).

Verifica-se entre o povo Guarani uma situação de luta constante pela volta a seus territórios usurpados. Nessa seara,

Pode-se afirmar com segurança que há duas condições básicas para que o grupo decida retornar ao seu tekoha: a pajelança e a participação feminina. Se as mulheres não participarem ativamente do processo, a retomada não se realiza, do mesmo modo que sem as rezas e presença ativa dos pajés o grupo não vive, e não realiza seu modo de ser. A decisão final depende, portanto, da concordância feminina e dos espíritos aliados (CIMI, 2011, p. 20).

O processo de mobilidade exercido tendo visto a prática do *Oguatá*, em consonância, segue a mesma lógica; a presença das mulheres torna-se não apenas importante, mas fundamental. Apesar de viverem em situação conflituosa existe resistência. As *ñandesys* - anciãs rezadoras - buscam manter sempre o *Ñande Reko*, sendo guardiãs da tradição. Na atualidade, as mulheres indígenas mais jovens utilizam-se de novas estratégias para serem agregadas a luta, dentre elas a ida à universidade,

como pode ser destacado na fala de uma interlocutora da pesquisa de Anzoatgui (2017, p. 67), graduanda do curso de direito, sobre a sua escolha de fazer um curso superior: “eu decidi fazer por causa da luta dos povos indígenas e eu como sempre estive nas retomadas e na luta eu vi a necessidade que meu povo tinha.” (CADERNO DE CAMPO, 21/07/16).

Dessa maneira, percebe-se que a importância da figura da mulher dentro de suas comunidades possui caráter basilar, muito pouco correspondido com as análises pertinentes à sua cultura. Por meio das *Kuñangue Aty Guasu* as mulheres ecoam suas vozes unidas para dizerem que além de partilharem do desejo coletivo de retomada de seus territórios tradicionais, para viverem o seu bom modo de ser, também possuem demandas específicas, e lutam por seus direitos próprios.

Além disso, a luta feminina estando em espaço de fronteira ganha uma atenção a mais, e o reconhecimento de sua própria maneira de territorialidade, a qual difere-se da territorialidade estatal, deve, com base na Constituição Federal de 1988, ser respeitada, como garante o Art. 231:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Assim, a produção e circulação de pesquisa em relação a territorialidade indígena, desrespeitada pela imposição de fronteira sobre seus territórios, e em adição o papel das mulheres dentro desse contexto, torna-se de grande necessidade. As contribuições percorrem não só a esférica teórica, ao buscar tornar protagonistas sujeitos historicamente ocultados pelo olhar etnográfico, as mulheres indígenas; como também a esfera prática, ao produzir conhecimento que pode somar à luta desses povos.

METODOLOGIA

A pesquisa tem como objetivo geral compreender antropologicamente a mobilidade transfronteiriça a partir das mulheres Kaiowá e Guarani, e como objetivos específicos entender como a presença de fronteiras influencia na produção e reprodução territorial Kaiowá; averiguar a função social desempenhada pelas mulheres no que se refere a mobilidade entre territórios fronteiriços; e investigar se a visão das mulheres acresce distinções ao tema da mobilidade.

Para a sua realização, preliminarmente se efetuará a revisão bibliográfica e documental em relação tanto aos povos Kaiowá em região de fronteira, como mais especificamente as pesquisas que possuem como temática principal as mulheres dessa etnia, podendo esse último se abranger também para demais povos, tendo vista a recente produção sobre o tema.

Geertz define a equação iminentemente antropológica como o “estar lá + estar aqui”, sendo que há uma confluência entre a pesquisa onde vai-se ao encontro daquilo que será estudado, mais a escrita desenvolvida em ambiente acadêmico (GEERTZ, 1998). Desse modo, o campo dessa pesquisa será realizado na Terra Indígena Ñande Ru Marangatu, localizada no município de Antônio João, região fronteira com o Paraguai. Nesse momento prefigurado a etnografia, como reitera o mesmo autor, o estudo não se ocupará na busca em apreender “coisas” com aparência original e estabelecida, mas sim em captar discursos, nesse caso, a narrativa das mulheres.

Levando em consideração o contexto atípico do momento atual em detrimento da pandemia do covid-19, é certo que os rumos da pesquisa encontrarão desafios novos no que concerne ao contato com o campo de estudo, por isso, sabe-se que se realizará ao menos uma viagem no ano de 2021. Desse modo, voltando à equação de Geertz e destrinchando-a a partir de Roberto Cardoso de Oliveira (2000), pode-se dizer que o estar lá é representado por duas tarefas essenciais da antropologia, o olhar e o ouvir, nesse contexto, esses exercícios deverão ser mais assíduos do que nunca. Além disso, a possibilidade de continuação do campo por meio de vídeos chamada após uma primeira aproximação as interlocutoras mostra-se como alternativa necessária, afinal de contas, para um povo acostumado com a mobilidade constante, os diversos fluxos que as novas tecnologias propiciam já vem fazendo parte de diversas lideranças femininas Kaiowá no momento atual como forma de deslocar-se por lugares virtuais e simbólicos sem que haja necessariamente o deslocamento físico. Como já adiantava Appadurai (2004), no mundo atual falar sobre localidade é também falar sobre as comunidades eletrônicas e virtuais, assim por mais que o estar junto presencialmente apresenta-se como alternativa ideal para a pesquisa antropológica, o estar junto virtualmente apresenta-se como uma importante opção, sem que com isso haja desvinculação com a noção de territórios e fluxos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA URQUIZA, Antônio Hilário; NASCIMENTO, Adir Casaro. Povos Indígenas e as Questões da Territorialidade. In: AGUILERA URQUIZA, Antônio Hilário (org.). **Cultura e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora UFMS, 2013. p. 53-71.

ALMEIDA, Clara Barbosa de. **A Luta das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá há Quarenta Anos pela Reconquista do Território (Yvy Rupa) no Estado de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea) - Universidade Federal da Integração Latinoamericana. Foz do Iguaçu, 2018.

ANZOATEGUI, Priscila de Santana. **“Somos Todas Guarani-Kaiowá”: Entre narrativas (d)e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-mato-grossense**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões Culturais da Globalização**. Lisboa: Teorema, dezembro de 2004.

BRAND, Antônio Jacó. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1997.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis. 2013.

CLAVAL, Paul. O Território na Transição da Pós-Modernidade. **GEOgraphia**, ano. 1, n. 2, p. 7-26, 1999.

COLMAN, Rosa Sebastiana. **Guarani Retã e a Mobilidade Espacial Guarani: belas caminhadas e processos de expulsão no território Guarani**. Tese (Doutorado em Demografia) - Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2015.

Conselho Indigenista Missionário- Cimi. (2011) **As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul: e as resistências do bem viver por uma terra sem males** - dados 2003-2010. Regional de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Brasil.

GEERTZ, Clifford. “O dilema do antropólogo entre o “estar lá” e o “estar aqui””. Tradução de Fraya Frehse. **Cadernos de Campo**, V. 7, N. 7, 1998, pp. 205-235.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, ano. 2002-2003, p. 251-290, 2004.

MACHADO, Almiros Martins. **Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marê’y: De sonhos ao Oguatá Guarssu em busca da (s) terra (s) isenta (s) de mal**. Tese

(Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, Belém. 2015.

MELIÁ, Bartolomeu. A Terra Sem Mal dos Guarani economia e profecia. **Revista de Antropologia**, v. 33, 1990.

MELIÁ, Bartolomeu. Mapa Guaraní Continental. 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O Trabalho do Antropólogo**. 2. ed. Brasília: Editora Unesp, 2000.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagens Kaiowá do sistema social e de seu entorno**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

SEGATO, Rita Laura. Uma agenda de ações afirmativas para as mulheres indígenas do Brasil. In: **Série Antropologia Departamento de Antropologia Universidade de Brasília**. Brasília, 2003.

SERAGUZA, Lauriene. **Cosmos Corpos e Mulheres Kaiowá e Guarani de Aña à Kuña**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

SOUZA, Ilda de; FERREIRA, Rogério Vicente. Breve Reflexão Sobre a Diversidade Linguística e os Povos Indígenas em MS. In: AGUILERA URQUIZA, Antônio Hilário (org.). **Antropologia e História dos Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora UFMS, 2016. p. 83-113.